



3ª CÂMARA CÍVEL	
Embargos de Declaração na Apelação nº 321699-3	
Embargante:	RCA FOMENTO MERCANTIL LTDA.
Embargada:	FAZENDA PONTA DA SERRA S/A
Relator:	DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO
ACÓRDÃO	

EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. TRÊS OMISSÕES ALEGADAS. COMPROVAÇÃO DA REALIZAÇÃO DA PENHORA. DESNECESSIDADE. AMEAÇA À PROPRIEDADE DA EMBARGADA CONFIGURADA. INTERESSE DE AGIR NA OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DE TERCEIRO. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE VIA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO QUANTO À INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL MERAMENTE APARENTE. EMBARGOS REJEITADOS À UNANIMIDADE DE VOTOS.

ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração na Apelação nº 321699-3, em que figuram como **Embargante** RCA FOMENTO MERCANTIL LTDA. e **Embargada** FAZENDA PONTA DA SERRA S/A ACORDAM os Desembargadores componentes da 3ª Câmara Cível, **unanimemente**, em **REJEITAR** os Embargos de Declaração, nos termos do voto do relator.

Recife, 3-7-2014

Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator



3ª CÂMARA CÍVEL	
Embargos de Declaração na Apelação nº 321699-3 (NPU 0007519-18.2012.8.17.0370)	
Embargante:	RCA FOMENTO MERCANTIL LTDA.
Embargada:	FAZENDA PONTA DA SERRA S/A
Relator:	DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO
RELATÓRIO	

Cuida-se de Embargos de Declaração (fl. 127/128) opostos contra o acórdão desta C. 3ª Câmara Cível (fl. 108), que deu provimento à Apelação nº 321699-3, reformando a sentença para que os embargos de terceiro fossem julgados procedentes. O acórdão ora embargado também determinou a inversão do ônus sucumbencial em favor da apelante.

Na primeira instância, a Fazenda Ponta da Serra S.A, ora embargada alegou, via embargos de terceiros, ser proprietária de bem imóvel indicado à penhora em execução de título extrajudicial (Processo nº 0000151-26.2010.8.17.0370), na qual figura como executados a FICAMP INDUSTRIAL TÊXTIL S/A e Churchill Cavalcante Cesar.

A sentença dos embargos de terceiro, considerando o dever do juiz de zelar pela rápida solução do litígio e a pertinência subjetiva da embargante à execução (confusão patrimonial entre ela e o executado insolvente Churchill Cesar), julgou improcedentes os embargos de terceiros e manteve a penhora sobre o bem imóvel.

Inconformada com a sentença, a Fazenda Ponta da Serra interpôs apelação, sendo esta provida pelo acórdão embargado, o qual considerou que a sentença apelada desconsiderou indevidamente a personalidade jurídica da ora embargada, atingindo-lhe o patrimônio para saldar obrigação contraída por sócio Churchill Cavalcante César (um dos executados), pessoa física que presidia a sociedade embargada ao tempo da aquisição do imóvel Fazenda Boa Esperança pela Fazenda Ponta da Serra S/A, conforme Certidão de Matrícula de fls. 21/24.

Agora, em sede dos presentes aclaratórios, a RCA Fomento Mercantil LTDA aponta três omissões na decisão embargada: a) não enfrentamento da ausência de comprovação da penhora, o que levaria ao não conhecimento da apelação; b) incorreta apreciação da questão da confusão patrimonial entre Churchill Cavalcante Cesar e a sociedade embargada, derivada do fato de aquele ser titular desta; e c) ausência de fundamentação do arbitramento dos honorários advocatícios.

Ao final, requereu, ainda, o prequestionamento da norma do art. 50 do CC/02.



É o breve relatório.

Recife, 3 - 7 - 2014

Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator



3ª CÂMARA CÍVEL	
Embargos de Declaração na Apelação nº 321699-3	
Embargante:	RCA FOMENTO MERCANTIL LTDA.
Embargada:	FAZENDA PONTA DA SERRA S/A
Relator:	DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO
VOTO	

Como já relatado, o embargante, de forma bastante superficial, aduziu que existem três omissões no acórdão de julgamento da Apelação, além de lançar mão dos Embargos de Declaração com fito de prequestionar o art. 50 do CC/2002.

Inicialmente, o recurso lança o desafio de encontrar nos autos a penhora combatida na apelação, o que certamente é desnecessário, já que a sentença apelada expressamente afirmou que "a penhora de bens da Ponta da Serra se impõe". Desse simples trecho já se extrai o interesse de agir na oposição dos embargos de terceiro na origem pela pessoa jurídica Fazenda Ponta da Serra.

Já a segunda omissão apontada pelo embargante é no sentido que a questão da desconconsideração da personalidade jurídica não foi enfrentada corretamente pelo acórdão embargado. Sob esse diapasão, afirma o recorrente que não foi, no momento do julgamento do apelo, sopesado o fato do Sr. Churchill Cavalcante ser titular da pessoa jurídica apelante e simultaneamente réu da execução extrajudicial. Segundo a lógica do Embargante, expressa nas razões dos presentes Embargos de Declaração (fl. 128), tais circunstâncias seriam suficientes para caracterizar a confusão patrimonial, mas sem a necessidade de efetivar a desconconsideração da personalidade jurídica.

Sob esse diapasão, é indubitável que o acórdão embargado debruçou-se, de modo exauriente e fundamentado, sobre os requisitos para aplicação da desconconsideração da personalidade jurídica – inclusive a confusão patrimonial. Logo, o acórdão embargado analisou detidamente o tema da desconconsideração, como exemplifica o trecho do voto da Relatora, o qual a seguir transcrevo:

Ora, sem a nuvem da dúvida, quer nos parecer que o juiz descon siderou indevidamente a separação patrimonial entre a pessoa jurídica Fazenda Ponta da Serra, sociedade anônima, e seu sócio Churchill Cavalcante César, pessoa física que presidia a sociedade ao tempo da aquisição do imóvel Fazenda Boa Esperança pela Fazenda Ponta da Serra S/A, conforme Certidão de Matrícula de fls. 21/24. No máximo as partes apeladas fizeram para fins de comprovação do abuso da personalidade jurídica (desvio de finalidade ou confusão patrimonial) foi aduzir que 12,5% (doze e meio por cento) do faturamento da apelante destina-se ao Sr.



Churchill Cavalcante Cesar, não sendo possível saber sequer se essas rendas são penhoráveis.

Desse modo, ausente uma demonstração minuciosa dos requisitos da desconconsideração, inviável pretender alcançar o patrimônio da apelante, sob pena de fazer tábua rasa da autonomia patrimonial das pessoas jurídicas, tão cara à atividade empresarial.

Nesse sentido, Marlon Tomazette¹:

"A importância do princípio da autonomia patrimonial nos leva, todavia, a aplicar a desconconsideração com cautela, apenas em casos excepcionais, atendidos determinados requisitos, vale dizer, a regra é que prevaleça o princípio da autonomia patrimonial. Apenas em situações excepcionais é que se pode cogitar da aplicação da desconconsideração. Essas situações excepcionais representam os requisitos fundamentais de aplicação da desconconsideração. [...]

Dentro da teoria maior subjetiva, a nosso ver adotada no Brasil, o pressuposto fundamental da desconconsideração é o desvio da função da pessoa jurídica, que se constata na fraude e no abuso de direito relativos à autonomia patrimonial, pois a desconconsideração nada mais é do que uma forma de limitar o uso da pessoa jurídica aos fins para os quais ela é destinada."

Confira-se, ainda, entendimento do STJ:

RECURSO ESPECIAL - NEGATIVAÇÃO DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - NÃO OCORRÊNCIA - ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA - NÃO VERIFICAÇÃO - MOTIVAÇÃO UTILIZADA NA SENTENÇA QUE TRANSITO EM JULGADO - NÃO INCIDÊNCIA DO EFEITO DA IMUTABILIDADE - DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA - PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS - VERIFICAÇÃO - REVOLVIMENTO DA MATÉRIA FÁTICA-PROBATÓRIA - IMPOSSIBILIDADE - RECURSO IMPROVIDO. I- (...) II - A responsabilização dos administradores e sócios pelas obrigações imputáveis à pessoa jurídica, em regra, não encontra amparo tão-somente na mera demonstração de insolvência para o cumprimento de suas obrigações (Teoria menor da desconconsideração da personalidade jurídica). Faz-se necessário para tanto, ainda, ou a demonstração do desvio de finalidade (este compreendido como o ato intencional dos sócios em fraudar terceiros com o uso abusivo da personalidade jurídica), ou a demonstração da confusão patrimonial (esta subentendida como a inexistência, no campo dos fatos, de separação patrimonial do patrimônio da pessoa jurídica ou de seus sócios, ou, ainda, dos haveres de diversas pessoas jurídicas; III (...); V - Recurso Especial improvido. (STJ - REsp: 1200850 SP 2009/0051930-0, Relator: Ministro MASSAMI UYEDA, Data de Julgamento: 04/11/2010, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 22/11/2010)

Dessa forma, o que se nota, até o presente instante, mormente em relação às duas primeiras supostas omissões apontadas e já apreciadas nesse voto, é a nítida pretensão do Embargante de rediscutir matéria já decidida na decisão embargada, desvirtuando a finalidade dos aclaratórios². Portanto, é vedada a oposição dos Embargos de

¹ TOMAZETTE, Marlon. *Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário*, volume 1. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2011, pp. 239/240 e p. 244.

² EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECEDENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. (STF - MS: 30932 DF, Relator: Min. CARMEN LÚCIA, Data de Julgamento: 24/04/2013, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-089 DIVULG 13-05-2013 PUBLIC 14-05-2013).



Declaração sem que haja qualquer omissão, contradição ou obscuridade do julgado, como instrumento de rediscutir questões devidamente tratadas.

Por último, afirma o embargante que a inversão do ônus sucumbencial foi realizada sem a devida fundamentação, o que impossibilita o acesso pleno do Embargante ao Judiciário e as razões de decidir.

Sob esse mister, basta observar que o acórdão embargado reformou a sentença que havia julgado improcedentes os embargos de terceiro. Assim, com o provimento da apelação e o julgamento, por consequência, dos embargos de terceiro procedentes, o vencedor passou a ser o vencido, fato que, por si só, já justifica que lhe seja atribuído o ônus pelo pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios. Logo, a inversão do ônus sucumbencial é inerente à reforma integral da sentença apelada. Perfilhando esse mesmo entendimento, colhe-se o seguinte precedente do TJDF:

PROCESSUAL CIVIL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. PRINCÍPIO DA OBJETIVIDADE. INVERSÃO. 1. É desnecessário estabelecer relação de causalidade para que se imponham ao vencido os ônus da sucumbência. Daí porque, do só fato de ter perdido a causa, o vencido há de ser condenado ao pagamento das custas processuais e dos honorários de advogado. Assim, e por força da aceitação de tal teoria, de todo modo, em termos objetivos - isto é, sem atentar para o fato de a parte ré ter ou não se recusado a apresentar os documentos -, a procedência da pretensão deduzida na demanda, só por isso, é suficiente para impor ao apelado os ônus sucumbenciais. 2. Apelo provido. Sentença reformada. (TJDF. Acórdão n.680446, 20100111076513APC, Relator: ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS, Revisor: ANTONINHO LOPES, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 15/05/2013, Publicado no DJE: 04/06/2013. Pág.: 135)

Portanto, a omissão apontada no que se refere a inversão é meramente aparente, afinal a inversão do ônus da sucumbência é medida que se impõe automaticamente com a reforma da sentença. Correta, portanto, a inversão do ônus sucumbencial para que a RCA Fomento Mercantil Ltda seja condenada ao pagamento das


PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO. AUSÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. 1. Os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual existência de obscuridade, contradição ou omissão (CPC, art. 535), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide. [...] (STJ - EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp: 757760 GO 2005/0092978-7, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 25/06/2013, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/06/2013).



custas processuais relativas à oposição dos embargos de terceiro e de honorários advocatícios de 20% (vinte por cento) do valor da causa.

Por derradeiro, a matéria que se pretendeu prequestionar, já foi devidamente analisada no acórdão embargado quando foi abordada a ausência dos requisitos para a desconsideração de personalidade jurídica *in casu*.

Nesses termos, **VOTO** para **REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**.

Recife, 3-7-2014

Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator